

Rompendo o ciclo de impunidade

Oscar Vilhena de Carvalho

Folha de S. Paulo, 2.set.2025

O que mais surpreendeu não foram as palavras e os gestos, mas sim a própria existência desse julgamento

O [primeiro dia do julgamento do chamado núcleo essencial da trama golpista](#) não trouxe nenhuma surpresa. O relatório apresentado pelo ministro [Alexandre de Moraes](#) foi um resumo técnico e objetivo de um processo complexo. O que chamou mais a atenção foi o preâmbulo do relatório, em que [deixou claro que a busca de pacificação não passaria pela impunidade](#). Também deixou claro que as [ameaças e tentativas de obstrução](#) não afastariam o tribunal de cumprir sua missão.

O procurador-geral da República, por sua vez, fez uma leitura serena e pausada dos fatos. [Paulo Gonet](#) concentrou seus esforços, no entanto, em [oferecer um enredo para a trama golpista](#), buscando demonstrar que em tentativas de golpe ou de abolição do Estado Democrático de Direito a conduta criminosa não depende do sucesso da empreitada, mas do conjunto de atos praticados ao longo do caminho que têm por objetivo colocar fim à ordem democrática.

Coube a uma [sucessão de advogados](#), no exercício essencial do direito de defesa, questionar a materialidade das provas, [o peso dado à delação e a sua própria validade](#), assim como as imputações feitas pela acusação a cada um dos réus. Não houve sobressalto ou movimento dramático, ainda que as críticas à peça de acusação tenham sido contundentes.

O que mais surpreendeu, portanto, não foram as palavras e os gestos, mas sim a própria existência desse julgamento. Não é nada trivial que, num país marcado por grandes conciliações, recorrentes anistias e um legado de impunidade em relação a todos aqueles que historicamente atentaram contra a ordem constitucional, [um ex-presidente da República](#), que ainda detém enorme popularidade e forte apoio parlamentar, esteja sendo julgado pela tentativa de promover um golpe de Estado. Mais surpreendente ainda é que esse julgamento esteja ocorrendo numa quadra da história em que tribunais têm sido cooptados ou simplesmente atropelados por [lideranças autoritárias ao redor do mundo](#).

Difícil prever quais serão as consequências políticas desse julgamento. Caso se confirme a tendência de condenação, não contribuirá, no curto prazo, para a pacificação da sociedade brasileira ou mesmo para o fim das pressões do [presidente norte-americano](#). Ao contrário.

No médio e no longo prazo, no entanto, a condenação de um líder autoritário e de militares desleais ao regime constitucional, rompendo com uma tradição de impunidade, poderá contribuir enormemente para que o regime político brasileiro fique menos vulnerável a golpistas, aventureiros e mesmo àqueles que se arvoram à condição de guardiões da República.

Como a [ampla cobertura internacional](#) tem apontado, o julgamento da trama golpista pelo Supremo Tribunal Federal representa também a esperança de que as instituições constitucionais, modeladas a partir do segundo pós-guerra e da terceira onda de democratização, demonstrem alguma capacidade de colocar barreiras àqueles que buscam destruí-las. Como afirma a [matéria amplamente divulgada da revista The Economist](#), o Brasil

hoje passou a simbolizar um exemplo de resistência ao populismo autoritário. Resistência exercida pela sociedade civil, por largas parcelas do corpo político, mas também pelas instituições de aplicação da lei.

O enorme desafio do Supremo Tribunal Federal nas próximas semanas é levar a cabo um julgamento idôneo, que respeite todos os princípios do devido processo, produzindo sentenças pertinentes e consistentes com a responsabilidade de cada um.

Oscar Vilhena de Carvalho é Professor da FGV Direito SP, mestre em direito pela Universidade Columbia (EUA) e doutor em ciência política pela USP. Autor de "Constituição e sua Reserva de Justiça" (Martins Fontes, 2023)